

O BLOCO EM LUTA PELA ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES E REFORMAS!

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 10 DE JANEIRO, LISBOA

REUNIÃO DE Participaram 14 ativistas.

10 JANEIRO
(ONLINE)

Análise política - Sobre a situação política nacional, debateu-se: **(1)** processo de luta dos professores, as estratégias dos diferentes sindicatos, as mudanças dentro da classe docente com uma maior intervenção nas lutas de professores mais novos, o apelo à unidade na ação; **(2)** a fragilização/degradação do governo PS devido aos vários “casos” com a má escolha de elementos do governo e outras situações como a da TAP, à arrogância do governo, ao ambiente de guerra pela sucessão de António Costa e ao protesto social contra o governo; **(3)** a proposta do BE para constituição de uma comissão de Inquérito para avaliar o exercício da tutela política da gestão da TAP, na Assembleia da República, que deverá ser aprovada; **(4)** a situação das pessoas que pediram a reforma em 2022 e que receberam um valor mensal abaixo do que era devido, por causa da não publicação pelo governo da portaria para atualização dos coeficientes da carreira contributiva; a necessidade de continuarmos a lutar pelo fim do fator de sustentabilidade nas situações em que ainda é aplicado.

Sobre a situação política internacional, debateu-se: **(1)** a situação no Brasil, a invasão dos Três Poderes em Brasília, as fragilidades/ responsabilidades do próprio governo de Lula, caso do ministro da Defesa, a reunião do presidente Lula com os governadores e o apoio aos brasileiros pro democracia.

INFORMAÇÕES Foram dadas as seguintes informações sobre iniciativas do Bloco, sobre a atividade sindical e associativa, sobre debates e sessões públicas:

- 13 e 14 de janeiro, colóquio “Amilcar Cabral e a História do Futuro”, na Assembleia da República, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da UC, pelo Instituto de História Contemporânea (NOVA-FCSH) e laboratório associado in2past e pela Cultra (associada à rede Transform e no âmbito da iniciativa “Abril é Agora”).
- 14 de janeiro, manifestação nacional em defesa da Escola Pública, em Lisboa, convocada pelo STOP.
- 16 de janeiro, realiza-se uma reunião do GRC (grupo de reflexão C), grupo de associados da APRe! em que alguns/algumas de nós participam.
- 18 de janeiro, plenário sindical de aposentados, SPGL, Lisboa.
- 21 de Janeiro, sessão pública “Onde vamos Viver?”, em Lisboa, promovida pelo BE.



- 26 de janeiro, reunião da coordenadora distrital de Lisboa, na sede S. Bento.
- 04 de Fevereiro, Mesa Nacional do Bloco.
- 11 e 12 de fevereiro, I Fórum LGBTQI+, no Porto, promovido pelo BE e pela Esquerda Europeia (GUE/NGL).
- o BE de Torres Vedras irá ter uma banca nas festas de Carnaval do concelho, para angariação de fundos, apelando à participação de voluntários/as.

INICIATIVAS DO GRUPO +60: DIVULGAÇÃO DO CADERNO REVINDICATIVO

- No dia 12 de janeiro, realiza-se uma reunião com o deputado bloquista, José Soeiro, para apresentar o caderno reivindicativo do Grupo +60 e para esclarecimento de algumas questões.

- Foi feita a proposta do grupo +60 promover debates/conversas sobre as questões consideradas como prioridades reivindicativas.

- Foi aprovada mais uma proposta a acrescentar ao caderno reivindicativo do Grupo + 60, referente à atualização das pensões, como forma de correcção à política injusta do governo PS, com o seguinte teor: " Integração na remuneração base de qualquer pensionista do valor do adiantamento recebido na pensão/reforma no final de 2022. Assim, ao aumento que será recebido em 2023, será incluído o valor do adiantamento extra recebido em 2022 no total anual recebido por cada pensionista/reformado em 2023. Será necessário mensualizar esse adiantamento de 2022 para cada pensão/reforma, apurando-se assim uma nova base de cálculo para a atualização das pensões para 2024 e seguintes."

- Ainda sobre a atualização das pensões foi também sugerido que se defenda, quer com a reativação da Lei 53/B ou com uma nova lei, a proposta de uma cláusula para a inflação superior a 5% com um fator de correção automático, em cada semestre, para compensar os desvios permanentes que existem. Ficamos de pensar melhor na concretização desta proposta.

DEPOIS DA REUNIÃO...

No dia 12 de Janeiro, realizou-se a reunião online prevista com o deputado José Soeiro, com a participação da coordenação do grupo +60 (Deolinda Martin e Berta Alves), do camarada António Baião e da assessora do grupo parlamentar do BE, Catarina Silva.

- No dia 25 de Janeiro, realizou-se uma reunião online da coordenadora alargada do grupo +60 para definir a ordem de trabalhos da próxima reunião mensal do grupo.

- No dia 04 fevereiro, realizou-se a Mesa Nacional do BE, em que foi feita uma intervenção, em nome do Grupo +60, em defesa da proposta de atualização das pensões para 2023 e anos seguintes em cumprimento da Lei n.53-B/2006.*



PRÓXIMA REUNIÃO: A próxima reunião será no dia 14 de fevereiro e será realizada online. Será utilizado o link:
DIA 14 DE FEVEREIRO, <https://us02web.zoom.us/j/88493908470>
ÀS 14H30

Proposta de Ordem de Trabalhos

1. Análise Política

2. Informações

3. CSI (Complemento Solidário para Idosos) – atualizações recentes

4. Prioridades reivindicativas

A Coordenação

Deolinda Martin

Berta Alves

***INTERVENÇÃO NA MESA NACIONAL DE DIA 04 FEVEREIRO DE 2023**

Bom dia, camaradas.

Venho, em nome do grupo +60, reforçar a necessidade de o BE continuar a defender como uma das suas prioridades os direitos de fim de vida de todos nós, citando uma obra recente, A Última Solidão, os e as idosos “estão agora no lugar para onde nos dirigimos” e cabe a cada um e cada uma de nós melhorar esse lugar, “tornar esse lugar menos difícil de se estar”, numa perspetiva de direitos e não de assistencialismo ou caritativo.

Na resolução política proposta pela Comissão Política, no ponto 2, refere que o governo PS tem levado a cabo uma política de empobrecimento dos trabalhadores no ativo e reformados, com o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões, agravado pela enorme inflação de 2022 e sua continuação em 2023.

Neste contexto o governo PS suspendeu a lei da atualização das pensões, a Lei 53-B/ 2006, para evitar a atualização das pensões de reforma de acordo com a inflação e o crescimento do PIB, o que levaria aumentos na ordem dos 8%, como aconteceu em Espanha, ou melhor criou um regime transitório para a atualização das pensões em 2023 pela Lei nº 19/2022 (de 21 de outubro) que teve o efeito prático de a suspender e usou o artifício da antecipação, em outubro de 2022, do pagamento de meia pensão que, como sabemos, resultou em diminuição dos aumentos das pensões para 2023, situados entre os 4,43% e 3,53 %, e na diminuição da base remuneratória que servirá para calcular os aumentos nos anos seguintes.

Nas organizações em que temos intervenção, ao nível do associativismo de reformados e sindical, temos defendido estas propostas. Assim, propomos que o Bloco continue a defender o cumprimento da Lei nº 53 -B de 2006 para o ano de 2023 e anos seguintes e, como forma de correcção à política injusta do governo PS, que defende a integração na remuneração base de qualquer pensionista do valor do adiantamento recebido na pensão/reforma no final de 2022, em 2023. Será necessário depois mensualizar esse adiantamento de 2022 para cada pensão/reforma, apurando-se assim uma nova base de cálculo para a atualização das pensões para o ano de 2024 e seguintes.

Propomos, também, que se pense numa cláusula para a Lei n. 53-B/20026 de atualização das pensões, que estabeleça um fator de correção automático, em cada semestre, para compensar os desvios permanentes que existem, por exemplo se a inflação for superior a 5%.

Tenho dito.

Berta Alves, em representação do Grupo +60